

# Líder pede prazo para a inversão

Tempo para avaliar melhor. E isso que o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, pedirá ao presidente José Sarney durante sua audiência na segunda-feira, quando deverá levar ao Planalto uma pesquisa sobre a repercussão da proposta de antecipar a votação do mandato e sistema de governo.

Assoberbado pelos problemas do Centrão e com as negociações visando a votação em plenário do texto constitucional, Sant'Anna acabou se atrasando na consulta individual que pretende fazer a cada um dos integrantes do Centrão e, particularmente, dos signatários da emenda Matheus Lensen, pelos cinco anos. São ao todo 317 pessoas, fora outros que poderiam entrar na quebra da conversa.

Até ontem, o líder governista só tinha conseguido conversar com metade do universo inicial, daí optar

por pedir tempo para entregar o resultado da pesquisa. Depois, as opiniões, segundo confirmou, estão muito divididas, fazendo supor que se o quadro permanecer assim dificilmente o deputado Carlos Sant'Anna poderá insistir na tese da inversão sob pena de incorrer em sérios riscos no plenário.

Embora ele prefira não comentar este assunto, a dificuldade maior para a consulta aos constituintes surgiu das colocações feitas pelos deputados Roberto Cardoso Alves e José Lourenço, que cobram concessão de favores do governo aos defensores dos cinco anos sob o argumento de que "é dando que se recebe". Muitos dos integrantes deste grupo de pensamento a respeito da duração do mandato presidencial se aborreceram com a postura dos dois colegas a ponto de deixarem claro

que não se conformariam de receber a pecha de fisiológicos, e, se preciso, mudariam para o grupo dos quatro anos.

Essa constatação levou o líder do governo a um recuo tático, tanto mais que ele próprio não está certo da oportunidade de inverter a pauta para votar o mandato ainda em fevereiro. Depois, tem ainda como fator adverso a questão regimental, já posta pelo presidente Ulysses Guimarães, o que obrigaria a uma costura de acordo político caso a tese vingasse.

Desde o princípio, porém, Carlos Sant'Anna, fez questão de ressaltar que sempre defendeu uma avaliação criteriosa e capaz de assegurar a falta de riscos a respeito da inversão da pauta. Ontem, mais uma vez, revelou que continua sem certeza sobre a viabilidade de alimentar esta tese.

Embora o "açodamento" do Cardoso Alves tenha criado problemas para o governo, uma vez que feriu a susceptibilidade dos constituintes que o opoiam, exigindo que fosse feito um delicado trabalho político, no sentido de desfazer o mal entendido causado, "nao houve, de fato, qualquer recuo por parte dos signatários da emenda Matheus Lensen" que fixa em cinco anos o mandato do presidente Sarney, garantiu o assessor.

## Prisco: Defecções são só boatos

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, um dos principais articuladores políticos do governo, garantiu ontem, que "Não houve qualquer defecção no grupo que apóia os cinco anos para o presidente Sarney". Na sua opinião os boatos neste sentido fazem parte da estratégia tendo como base a contra-informação por parte daqueles que defendem os quatro anos de mandato.

"E desta forma que os que são contra os cinco anos pretendem abalar a segurança dos signatários da emenda Matheus Lensen. Mas não deu certo e estamos tranquilos de que a maioria está com os cinco anos", explicou Prisco Viana. Ele revelou que vem realizando acompanhamento

diários junto ao grupo pró-cinco anos e não houve qualquer erosão como vem sendo propagado no âmbito da Constituinte.

**ABALO**  
Na verdade — segundo um importante assessor político do Palácio do Planalto — houve "um certo abalo" no grupo pró-cinco anos, em consequência das declarações do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP) — um dos líderes do Centrão —, insistindo numa prática fisiológica do governo em relação ao grupo, quando disse "é dando que se recebe".

Embora a intenção do deputado tenha sido boa ele prestou um grande desserviço ao governo, na medida em que amesquinhou a relação política. Ninguém ne-

ga uma participação no governo aqueles que estão com ele. Isto é legítimo. Mas como o deputado Cardoso Alves colocou as coisas pareceu mais que o governo comandava um balcão de negócios, e isto é abominável — observou o assessor.

Embora o "açodamento" do Cardoso Alves tenha criado problemas para o governo, uma vez que feriu a susceptibilidade dos constituintes que o opoiam, exigindo que fosse feito um delicado trabalho político, no sentido de desfazer o mal entendido causado, "nao houve, de fato, qualquer recuo por parte dos signatários da emenda Matheus Lensen" que fixa em cinco anos o mandato do presidente Sarney, garantiu o assessor.



Na reunião do Grupo dos 32 com o Centrão, novas divergências surgiram no tema da estabilidade

## Centrão busca os pontos de entendimento

Na tentativa de identificar emendas capazes de permitir um acordo para a votação em plenário a partir de segunda-feira, uma equipe de deputados do Centrão passou todo o dia ontem analisando o texto das propostas apresentadas na Constituinte ao capítulo I do título II, que trata dos direitos e garantias individuais e coletivos.

Segundo o deputado Bonifácio de Andrada, o ponto de referência para essa análise é sempre o texto da emenda coletiva do Centrão. Depois, estudam as emendas apresentadas e, por último, selecionam aquelas capazes de permitir algum acordo. Esse trabalho é parte da estrutura organizada pelo Centrão para permitir segurança na busca do entendimento.

O grupo de estudo tem os seguintes integrantes: Bonifácio de Andrada, Roberto Jefferson, José Lins, Eraldo Tinoco e Max Rossemann. Eles também vêm mantendo contato com os constituintes de outras correntes políticas com a mesma missão de estudos, pois se interessam em acertar as votações antes do início da sessão.

# Indenização será a única garantia

A garantia do emprego, protegida contra a despedida imotivada, principal reivindicação dos líderes sindicais, foi totalmente descartada das negociações da Constituinte. Ao final de várias reuniões com os diferentes grupos políticos — Centrão, Centrinho, e o Grupo dos 32 — prevaleceu a inclusão da indenização compensatória para o trabalhador que for demitido sem justa causa.

Apesar de várias horas de reuniões, os constituintes não conseguiram chegar a um acordo sobre a fórmula ideal de indenização. O senador Albano Franco (PMDB/SE), representante da classe empresarial, acha que o cálculo das multas pagas ao trabalhador demitido deve ser regulamentado por lei complementar. O senador José Richa (PMDB/PR), coordenador do Grupo dos 32, defendeu a inclusão da fórmula indenizatória nas disposições transitórias, dando mais garantias aos empregados. O PMDB, por sua vez, prefere incluir a nas disposições permanentes, com que o Centrão não concorda.

correntes políticas na Constituinte.

Nas negociações realizadas ontem, os partidos minoritários — PT, PC do B e PC — tiveram qualquer participação. Por uma questão de estratégia de negociação, o PMDB preferiu negociar, em primeiro lugar, com o Centrão, Centrinho e com o Grupo dos 32, que detêm a maioria dos votos em plenário, deixando os partidos de esquerda fora. A reunião com os representantes da esquerda foi marcada somente para terça-feira, dia 2, pela manhã, na Biblioteca da Câmara dos Deputados, quando esperam já ter um acordo formalizado com a maioria.

"Esta é difícil pra caramba, você nem imagina." O comentário, em tom desolado, foi feito ontem pelo senador Virgílio Távora, do Grupo dos 32, logo depois de uma reunião para discutir a estabilidade no emprego. Participaram da reunião os senadores José Richa, Albano Franco — da Confederação Nacional da Indústria — Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB, Aloisio Chaves, e os deputados Luiz Roberto Ponte, José Geraldo, Sandra Cavalcanti e Gastone Righi, líder do PTB.

Apesar das posições divergentes, a solução tida como mais viável é que a estabilidade seja regulada pela legislação ordinária. Mas, de qualquer forma, haveria necessidade de se esclarecer a questão — enquanto não ficar pronta a legislação ordinária — através das disposições transitórias da Constituinte. Ai os representantes

do empresariado não aceitaram a retroatividade da indenização compensatória e progressiva exigida como condição mínima pelos representantes dos trabalhadores.

"O que os empresários desejam é que se coloque o princípio da indenização e isso, acho que vai passar", afirmou Albano Franco. Ele defende, no entanto, que a indenização prevista na nova Constituição só se conta a partir da data de sua promulgação. Gastone Righi argumenta que a retroatividade de aplicação do novo dispositivo deve ser de um mínimo de um ano.

O valor da indenização também não foi acertado. Há duas opções: um salário mensal por ano de trabalho ou uma porcentagem — de 20 a 50% — do valor do Fundo de Garantia por ano de serviço.

O senador José Richa acredita que, apesar das divergências, possa se chegar a 2 ou 3 alternativas aceitáveis, que irão a voto no plenário. Mas reconhece que, sem acordo, um assunto tão polêmico vai acabar caindo no buraco negro, sem maioria para aprovar qualquer texto.

Na opinião de Richa, o texto permanente da nova Constituição não deve constar nada além de um princípio geral de que o emprego deve ser protegido contra a demissão imotivada. Albano Franco quer a taxa de indenização no corpo permanente da Constituição. O senador Virgílio Távora reconhece que vai ser muito difícil para o PMDB aceitar o princípio da indenização e abrir mão de suas bandeiras históricas.

## Cúpula do PMDB vê erosão dos 5 anos

**TARCISIO HOLANDA**  
Repórter Especial

As mais importantes lideranças do PMDB — Ulysses Guimarães, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso — estão registrando sinais de erosão na grande maioria do governo na Constituinte em favor da fixação do mandato de Sarney em cinco anos, não sabendo ainda prever se esse fenômeno terá tempo de alterar a correlação de forças de forma a garantir a vitória do mandato de quatro anos e eleição em 88.

Mas, não são apenas impressões. Há fatos concretos, inquietantes para o Palácio do Planalto. O deputado Nestor Duarte Filho (Nestorzinho), que assinou a proposta dos cinco anos, mudou para o mandato de quatro anos depois que foi valado na lavagem do Bonfim (festa religiosa da Bahia). Segundo Juthay Magalhães e Junior (PMDB/BA), os adversários de Antônio Carlos Magalhães no PFL balizam ameaças de votar os quatro anos.

No Paraná, segundo o senador Afonso Camargo (ex-Arena, ex-PP, ex-PMDB, agora no PTB), cinco deputados federais do PMDB já estão abalados em suas convicções, admitindo passar dos cinco para os quatro anos. O deputado Maurício Fruet confirmou que o deputado Maurício Nasser (do Consórcio Nacional Nasser) já está disposto a votar pelos quatro anos. Este, como os demais, assinaram a proposta de 5 anos para Sarney.

Na bancada paulista do PMDB surgiu a primeira defecção do bloco dos cinco anos: o deputado Calo Pompeu de Toledo já anunciou que vai votar pelo mandato de quatro anos. Na bancada do PMDB do Ceará, o deputado Raimundo Bezerra, que assinou a proposta de cinco anos para Sarney, é dado como hesitante, admitindo mudar para os quatro anos.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, ao admitir que vinha tendo informações dessas mudanças, só tinha uma dúvida: não sabia prever se, até o dia da votação, haverá tempo para alterar a atual correlação de forças.

Cardoso, como muitos outros parlamentares do PMDB, observam que o grupo favorável aos cinco anos é constituído, em sua maioria, por fisiológicos, o que representa um notório perigo político para os que estão sinceramente convencidos de que a eleição só deve se realizar no próximo ano. Estes temem ser confundidos com aqueles.



Toninho Drummond  
Drummond dirige a comunicação do governo

O presidente José Sarney assinou, ontem, Decreto nomeando o jornalista Antônio Carlos Drummond subchefe de Comunicação Social do Governo. Toninho Drummond, como é conhecido, ficará responsável pela coordenação da Radiobrás (Empresa Brasileira de Radiodifusão), da EBN (Empresa Brasileira de Notícias) e da Funtevê (Fundação de Televisão Educativa). Todo o sistema de comunicação dos Ministérios ficará, também, sob a orientação de Drummond.

Segundo uma fonte do Palácio do Planalto com este novo sistema de comunicação, o presidente Sarney espera resolver definitivamente um dos mais crônicos problemas de seu Governo.

**QUEM É**  
Embora as funções de porta-voz continuem sendo exercidas pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, será o subchefe de comunicação social, Antônio Carlos Drummond quem comandará o relacionamento com a imprensa. Velho amigo de Sarney, mineiro, Toninho Drummond tem todas as condições para desempenhar bem as novas funções.

## CNBB procura influência na Constituinte

Como a Igreja, através da CNBB, pode ter uma atuação mais efetiva no processo constituinte a partir de agora? Esta foi a principal questão discutida no café da manhã que levou cinco constituintes à CNBB ontem, a convite da Comissão de Acompanhamento da Constituinte. Segundo o subsecretário da CNBB, Pe. Virgílio Uchoa, o objetivo do encontro foi colher elementos para orientar a estratégia de mobilização e informação da instituição. Estes elementos poderão servir como subsídios para o documento que a presidência da CNBB pretende elaborar neste final de semana com sua avaliação sobre o quadro político nacional.

O momento é importante porque, nesta fase, a mobilização popular será fundamental para aumentar a participação do povo na nova ordem jurídica-institucional do País — diz o Pe. Uchoa. Hoje, a Comissão de Acompanhamento da CNBB já produz um boletim diário sobre o que acontece na Constituinte, que é enviado para 50 pontos de telex — rádios, jornais e revistas, especialmente católicas — e mais um boletim semanal com uma "análise da conjuntura".

Segundo o Pe. Uchoa, o trabalho de informação da CNBB não vai incluir a divulgação dos nomes dos constituintes que votaram a favor ou contra teses de interesse social. Isso não impede, no entanto, que este trabalho seja feito pelas dioceses dos estados.

**MANDATO**  
O deputado netaivo Elisio (PMDB-MG), um dos presentes ao café da manhã, comentou que um dos temas específicos tratados foi o mandato do presidente Sarney. Os convicções argumentaram que a eleição ainda este ano é justa porque põe fim à transição. Segundo o Pe. Uchoa, este poderá ser um dos temas abordados pelo documento que a CNBB deve divulgar.

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), outro dos convidados para o café, está bem atento na defesa dos interesses da Igreja. Ele apresentou destaque para derrubar o texto do Centrão ao artigo sexto, que limita a assistência religiosa em presídios, creches, quartéis e hospitais a missionários brasileiros. Na sua opinião, esta iniciativa do Centrão foi dirigida contra os bispos progressistas, "dentro da mesma campanha que levou o Jornal O Estado a atacar o CIMI".

## A ESTRELA DO DIA



Cristina Tavares mostrou a mesma garra ao defender a reserva de mercado

## Plenário aplaude Cristina que já volta combatendo

Afastada do plenário por longo período, em que se recuperava de um desgastante tratamento de saúde, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) voltou ontem à tribuna da Assembleia Nacional Constituinte. Cristina fez um flamejante discurso criticando a postura do governo brasileiro com relação à retaliação imposta ao Brasil, pelos Estados Unidos, na questão do software.

"De agora em diante, poderemos voltar a vender para os Estados Unidos, sem sobretaxa, lanças e sapatos, mas não poderemos mais desenvolver nossas reservas de mercado, por sermos considerados colônia tecnológica daquele país".

A deputada pernambucana foi demoradamente aplaudida, pelo plenário, de pé, e a grande maioria

dos constituintes, presentes à sessão, cercou a tribuna para abraçá-la. Depois disso, o pequeno expediente, transformou-se em espécie de sessão solene para homenagear a Constituinte. E um dos discursos mais comovidos foi o do deputado Fausto Rocha (PFL-SP), que garantiu à deputada a oração de todos os evangélicos do Congresso, por seu pronto restabelecimento. "Sempre foi admirável a postura dessa grande companheira, nos trabalhos desta Casa. Temos em sua figura, uma das mais combativas personalidades políticas deste País. Pode ter certeza, grande companheira, que os evangélicos estão sempre se reunindo para orar em favor de sua saúde".

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, chegou ao

plenário por volta das 10 horas, quando a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), iniciou seu discurso. De imediato, Ulysses tomou a palavra para saudar a colega cujo aspecto lhe pareceu "muito forte e saudável". Comovida, Cristina, uma "histórica" que vem cobrando uma postura crítica do partido com relação ao governo, admitiu:

— Agora, fiquei desarmada.

Cristina Tavares, 52 anos, jornalista, está em seu terceiro mandato parlamentar. Há três anos, um câncer no seio exigiu mastectomia e, no final de 1987, submeteu-se a tratamento nos Estados Unidos. Ao regressar, Cristina precisava apoiar-se em uma bengala. Agora, porém, mostra-se muito bem disposta e reanimada.

## General vai ser preso por indisciplina

O comandante militar do Nordeste, general Hélio Pacheco, deverá expedir hoje mandado de prisão para o general Francisco Torres de Melo, que divulgou manifesto de solidariedade e apoio a seu irmão, o tenente-coronel da reserva Artur Torres de Melo, punido com 20 dias de prisão, na semana passada, por ter criticado o presidente José Sarney e o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves.

No manifesto intitulado "Grito da Nação brasileira", o general apóia outros militares que recentemente criticaram o Governo e, por isso, foram punidos. Torres de Melo, da Arma de Infantaria pela Escola Militar de Resende, foi transferido para a reserva em novembro último, colhido pela compulsoria, um dispositivo legal aplicado anualmente para renovar os efetivos militares em 25 por cento dos quadros. Em seu último posto, como diretor de Inativos e Pensionistas do Exército, era subordinado ao general Octávio Aguiar de Medeiros, também transferido para a reserva por ter completado 12 anos de generalato.

**MOVIMENTO**  
O ministro Leônidas Pires, que vem acompanhando atentamente as manifestações de militares, já expediu ordens aos comandantes, recomendando o máximo de rigor no tratamento aos casos de indisciplina na tropa e aos militares da reserva.

Mas na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul, o capitão da reserva Carlos Alves manifestou, ontem, em público, sua solidariedade aos militares punidos por criticarem o governo e o ministro Leônidas Pires. O Centro de Comunicação do Exército, órgão oficial das comunicações do gabinete do ministro, informou ontem não ter tomado conhecimento do manifesto do general Torres de Melo, em Fortaleza, argumentando que as informações devem partir do Comando Militar do Nordeste, que tem jurisdição sobre a área.

## No manifesto, críticas duras

Fortaleza — Em seu manifesto, o general Torres de Melo afirma que "os alicerces da cúpula governamental exalam a podridão da corrupção". Ele se refere às denúncias que provocaram a saída do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira. "A doença brasileira é a falta de moral, de ética e de tudo o mais. E como disse um amigo: O homem de vergonha é uma raça em extinção no País", acrescentou.

Torres de Melo admitiu que "a Nação brasileira já se encontra na grande marcha da insensatez e é encaminhada pela incompetência para uma revolução social". Ele comparou a prisão do seu irmão com a de outros que fizeram história no Brasil e em outros países:

— Pesos foram os militares que combateram a escravidão, e o Império caiu. Presos foram Eduardo Gomes, Juarez Távora, Cordeiro de Faria, Siqueira Campos e tantos outros, e a República Velha desapareceu. Presos foram os meus irmãos Artur e José (pela primeira vez, em 63), o general Manoel Théophilus, general de divisão Pinto Reis e outros, e João Goulart foi exilado. Presos foram Lenin, Danton, Fidel Castro, Voltaire, Zola, Cicero etc., e assistimos à queda do império romano, o nascer da revolução francesa, a queda dos czars, a vitória das revoluções russa e cubana.

Por isso, faz uma indagação:

— E por que sempre foi assim? E que os homens nas funções de mando perdem a noção de dignidade e se encastelam no clube do poder, bajulados pelos medíocres e aproveitadores. Só eles estão certos e aqueles que deles discordam, divergem com suas verdades, são considerados, subversivos e indisciplinados.

## PDT vai pedir a cassação de João de Deus

Porto Alegre — O PDT ingressa na próxima semana com pedido de cassação do mandato do deputado federal João de Deus Antunes, recentemente expulso do partido e hoje no PTB. A cassação de João de Deus, constituinte de maior votação pelo PDT gaúcho, será pedida com base na recente condenação do parlamentar pelo Tribunal de Contas do Estado. Os conselheiros consideraram ilegal seu pedido de aposentadoria como delegado de polícia por ter tentado incorporar uma função gratificada de chefe de gabinete, na Assembleia Legislativa, que exerceu apenas por menos de um mês e depois, de ter prestado juramento como constituinte.

**CIBRAZEM**  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO  
ABANDONO DE EMPREGO

A Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEM, solicita o comparecimento de CONCEIÇÃO EDNA FONSECA RESENDE, portadora da CTPS nº 084920 SERIE 0002-DF, sob pena de ser rescindido seu contrato de trabalho.

**syndicato dos publicitários de Brasília**  
O Presidente do Sindicato dos Publicitários de Brasília, de acordo com os Estatutos, convoca todos os trabalhadores desta categoria econômica, mesmo os que não são sindicalizados, para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará dia 3 de fevereiro de 1988, às 19:00 horas, no auditório da Federação do Comércio, SCS, Ed. Federação do Comércio, 6º andar, com a seguinte Ordem do dia: 1º — Acordo salarial de 1988; 2º — Assuntos Gerais.

Brasília, 27 de janeiro de 1988.

Fernando Vasconcelos  
Presidente

**Sorteio Sulacap**  
JANEIRO

TXX	HYO
BQF	XNU
IFR	DGO

SCS Bloco B, 34 - Projecção 02  
S. 1503 Ed. Palácio do Comércio  
Brasília - Tel. 226-1453

A pioneira em capitalização

**SUL AMERICA**  
CAPITALIZAÇÃO